



Educação do Campo em Perspectiva: Análise da Escola EMR São Joaquim – Selvíria/MS

Field Education in Perspective: Analysis of the School EMR São Joaquim - Selvíria / MS

COSTA, Rodrigo Ferreira¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, costa.rf.23@gmail.com

Resumo: Este trabalho efetua análise da escola do campo EMR São Joaquim – Selvíria/MS e procura suscitar o debate sobre a construção da Educação do Campo. Entendemos que o tema é relevante, pois compreendemos que há um projeto de Educação do Campo sendo gestado, mas que precisa ganhar corpo e formas mais coerentes com o tipo de Educação proposta pelos movimentos sociais do campo. Sendo assim, o escopo do artigo é dar visibilidade aos esforços empreendidos pelos docentes e gestores da escola EMR São Joaquim em consolidar uma educação de qualidade e comprometida com a realidade dos sujeitos do campo, porém, sem deixar de lado as complexidades e as contradições. Para tanto, utilizamos do trabalho de campo para colher os dados primários. Por fim, concluímos que a luta por uma Educação do Campo coerente com os princípios de defesa da vida, da luta pela terra, da emancipação, da valorização da identidade camponesa e dos saberes dos sujeitos do campo é árdua, mas necessária.

Palavras-chave: Educação do campo, EMR São Joaquim, PA São Joaquim.

Abstract: This work analyzes the EMR São Joaquim - Selvíria / MS school and seeks to stimulate the debate about the construction of Field Education. We understand that the theme is relevant because we understand that there is a field education project being developed, but that it needs to gain a body and forms more coherent with the type of education proposed by the social movements of the countryside. Therefore, the scope of the article is to give visibility to the efforts made by the teachers and managers of the EMR São Joaquim school to consolidate a quality education and committed to the reality of the subjects of the field. For that, we used the fieldwork to collect primary data, through the application of questionnaires, analysis of didactic material and photographs. Finally, it is concluded that the struggle for a field education that is coherent with the principles of defense of life, struggle for land, emancipation, valorization of the identity and knowledge of the subjects of the field is arduous, but it is necessary.

Keywords: Field education, EMR São Joaquim, PA São Joaquim.

Introdução

O presente artigo visa analisar a Escola Municipal Rural São Joaquim, localizada no Projeto de Assentamento São Joaquim, Selvíria/MS. Temos como elemento central



do trabalho a Educação do Campo que vem sendo construída. O recorte espacial e temporal deste trabalho limita-se à escola do campo EMR São Joaquim e o ano de 2018, respectivamente. Ver figura 1.

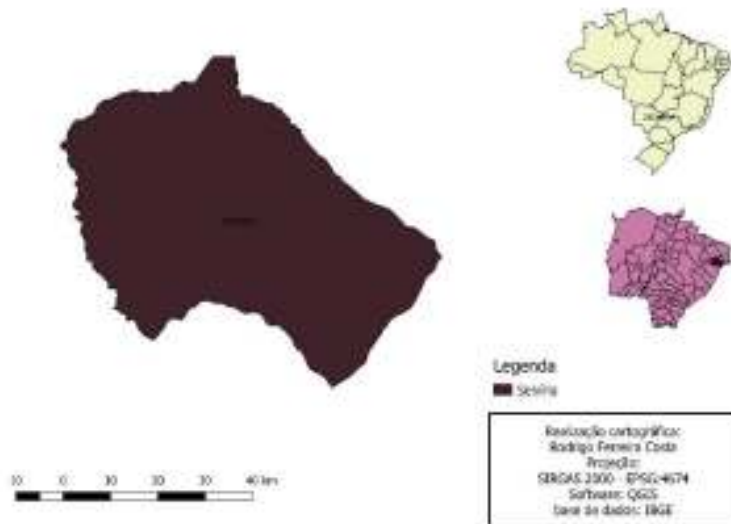
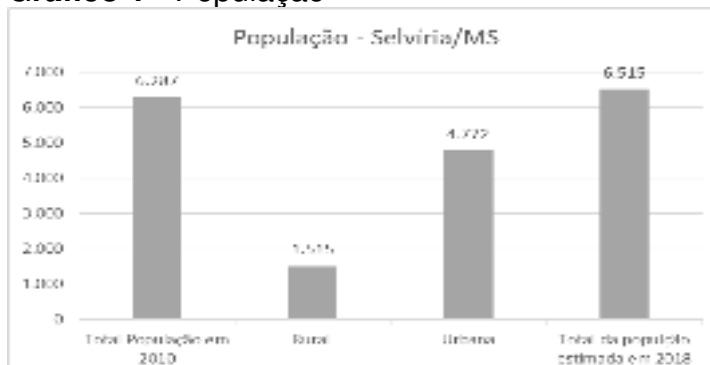


Figura 1 – Município Selvíria
Fonte: org.: pelo autor

De acordo com o portal da prefeitura de Selvíria, o município foi criado pela Lei 79 em 12 de maio 1980, sendo implantado em 16 de junho de 1981. O município surgiu devido a construção da usina hidrelétrica de Ilha Solteira-SP, a CESP, afim de minimizar o peso de tantos trabalhadores dentro de suas instalações. O loteamento de Selvíria, foi chamado assim em razão de ter sido feito nas terras do fazendeiro João Selvírio de Souza. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do município em 2010 era de 6.287 habitantes. Ver gráfico 1.

Gráfico 1 - População



Fonte: censo demográfico, 2010. IBGE, 2018.



De acordo com Laluca (2015, p. 36 apud PONTIN; NARDOQUE 2016, p. 154), a fazenda São Joaquim, que deu origem ao projeto de Assentamento foi incorporada ao programa de Reforma Agrária por meio da aquisição¹ no ano de 2008. Ainda segundo os autores, o assentamento São Joaquim foi o segundo a ser criado no município de Selvíria, sendo o Projeto de Assentamento Alecrim o primeiro. Conforme relatam Pontin e Nardoque (2016), a criação desses assentamentos são oriundas de movimentos de luta pela terra e da força capaz de gerar a desapropriação, primeiramente da fazenda Alecrim, o que culminou na atração de outras famílias de outras regiões e de diferentes acampamentos ligados a Federação dos trabalhadores da Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI). É necessário mencionar que, depois da conquista da terra, nem tudo são flores no assentamento. Além dos longos anos de acampamentos e de todos os percalços que os sujeitos que buscam um pedaço de chão enfrentam, a conquista da terra não zera as dificuldades, os desafios e os problemas desses sujeitos. É preciso lidar ainda com alguns problemas pós assentamento. Elencamos alguns desses problemas para exemplificar nossa fala: falta de apoio governamental, técnico, aprimoramento dos projetos, crédito financeiros, infraestrutura, distância do centro consumidor, entre outros. Pontin e Nardoque (2016), em seus estudos identificaram que alguns desses problemas estão presentes no PA São Joaquim. Conforme apontam os autores, a energia elétrica só foi instalada no ano de 2016, isto é, 8 anos após a criação do assentamento. Outro problema identificado foi a distribuição precária de água, além de estradas malconservadas, entre outros. Salientamos que todas essas adversidades abrem espaço para o assédio das empresas de papel e celulose que se apropriam da força de trabalhos dos assentados (estes, muitas vezes utilizam do trabalho acessório como estratégia para permanecerem na terra), implementam projetos, distribuem insumos e até constroem escolas².

Metodologia

O estudo retratado neste artigo é parte do trabalho de campo realizado em outubro de 2018 no Assentamento São Joaquim - Selvíria/MS. O trabalho de campo contou com uma visita à escola do campo EMR São Joaquim, onde foram aplicados os 17 questionários junto aos professores e coordenadoras da escola. Realizou-se ainda análise do material didático e do Projeto Político-Pedagógico, além de registro fotográfico da estrutura física da escola, bem como do material didático. Contudo, neste artigo contemplou-se de maneira mais aprofundada a análise dos questionários. Apresentamos por meio de gráficos e tabelas os dados sobre a população do

¹ O artigo 17 do Estatuto da Terra dispõe sobre as formas de aquisição das terras para Reforma Agrária. Sendo elas: Aquisição por desapropriação; por doação; por compra; aquisição de bens vagos; reversão a posse do poder público de terras de seu domínio e aquisição por legado. Comumente, a aquisição de terras se dá pela desapropriação (quando improdutiva) ou pela compra.

² Caso da escola Municipal Rural São Joaquim, que foi construída pela empresa de papel e celulose Eldorado Brasil.



município com base nos dados do IBGE, assim como da escola por meio do portal INEP. Foram aplicados um total de 17 questionários, sendo 15 aplicados com professores e 2 com coordenadoras. Os questionários foram estruturados contendo 24 questões abertas e fechadas que versavam sobre perfil dos professores, formação profissional, regime de trabalho e prática docente. Os dados foram tabulados e organizados em tabelas com o objetivo de facilitar a leitura e a representação das informações. Como aporte teórico fizemos revisão bibliográfica sobre o tema aqui tratado, utilizando de autores como: Caldart (2003); Andrade (2012); Pontin e Nardoque (2016).

Resultados e discussões

A educação no/do campo é fruto de constantes lutas dos movimentos sociais, em especial, as lutas dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). De acordo com Almeida (2015) este processo de enfrentamento pelo retorno e permanência na terra trouxe outras demandas como a luta por uma Educação do Campo. Nesse sentido, esse movimento, com seu histórico de luta por Reforma Agrária, passou a incluir em suas discussões a proposta de uma escola diferente, pois “foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem terra” (CALDART, 2003, p.63). Isso ocorre porque não é incomum a escola servir de instrumento de reprodução do discurso da classe dominante. Essa realidade é ressaltada no pensamento de Andrade, quando este afirma que “a lógica de um modo de produção que visa à valorização do capital, este meio, que é a educação, se torna o lócus de reafirmação do status quo vigente” (ANDRADE, 2012, p.29). É preciso deixar claro que não é somente por este motivo que as escolas tradicionais não atendem às necessidades dos sujeitos sem-terra e, conseqüentemente, não há lugar para eles. Outro motivo está ligado a ideologia embutida nos livros didáticos, pois como afirma Nardoque (2015, p.179) “nota-se claramente a contribuição dos livros didáticos na depreciação do campo, e da população do campo”. Ainda de acordo com o mesmo autor, “As escolas em geral coadunam com os meios de comunicação na difusão de informações sobre a “urbanização”, a “modernização” e a negação do campo como local de vida e de trabalho” (NARDOQUE, 2015, p.179). Nesse sentido, na trajetória de tentar construir uma escola diferente, o que era (e continua sendo) um direito, passou a ser também um dever. E que se a Reforma Agrária é uma luta de todos, a luta pela educação de todos também é uma luta do MST... (CALDART, 2003, p.64). Assim, “da mesma forma que a luta pela terra precisa ser feita e conduzida pelos próprios sem terra, o processo de construção de uma escola que se misture com esta luta precisa ser obra dos mesmos sujeitos”. (CALDART, 2003, p. 65). Nosso objetivo centra-se na análise da escola EMR São Joaquim – Selvíria/MS e como a Educação do Campo tem sido colocada em perspectiva. Para tanto, com base no INEP apresentamos alguns dados sobre a escola, tais como: infraestrutura básica, espaço de aprendizagem e



equipamentos. A escola Municipal Rural São Joaquim localiza-se no PA São Joaquim – Selvíria/MS, km 56. Ver figura 2.



Figura 2 – EMR São Joaquim
Fonte: trabalho de campo, 2018.

Na tabela 1 apresentamos a infraestrutura básica da escola, de acordo com os dados do IDEB/INEP.

Tabela 1 – Infraestrutura básica

Água consumida pelos alunos	Filtrada
Abastecimento de água	Poço artesiano
Abastecimento de energia elétrica	Rede pública
Esgoto sanitário	Fossa
Banheiro dentro do prédio	Sim
Banheiro fora do prédio	Sim
Local de funcionamento da escola	Prédio escolar

Fonte: IDEB, INEP 2018.

Na tabela 2 destacamos os dados sobre o espaço de aprendizagem e equipamentos.

Tabela 2 – Espaço de aprendizagem e equipamentos

Laboratório de ciências	Não
Laboratório de informática	Sim
Acesso à internet	Sim
Banda larga	Sim
Computadores para uso dos alunos	Sim
Pátio descoberto	Sim
Pátio coberto	Sim
Auditório	Sim
Quadra de esportes coberta	Não
Quadra de esportes descoberta	Sim
Parque infantil	Sim
Área verde	Sim

Fonte: IDEB, INEP 2018.

Ao analisarmos os questionários aplicados junto aos professores e coordenadores da escola EMR São Joaquim, notamos a predominância do sexo feminino, pois dos 17 questionários, 13 assinalaram ser do sexo feminino e 4 do sexo masculino, isto é, 76,48% e 23,53%, respectivamente. Já a faixa etária varia de 28 a 58 anos de idade, sendo 52,94% referente a faixa etária de 38 a 58 anos e 41,17% referente a 28 a 37 anos. Um questionário ficou sem resposta. Quanto ao local de moradia, 6 dos 15 professores que responderam ao questionário moram no campo, ou 40% e 9 dos 15 moram na cidade, ou 60%. Dentre esses, ou seja, dos que moram na cidade, alguns ficam no assentamento de segunda a quinta devido à distância. A antiga escola foi transformada em alojamento e fica localizada próximo à nova escola. Ver figura 3.



Figura 3 – Alojamento (antiga escola)
Fonte: trabalho de campo, 2018.

Com relação ao tempo gasto (ida e volta) da cidade até a escola concluímos que, em média, se gasta por volta de 1 a 3 horas de viagem. Nas questões que versavam sobre formação profissional obtivemos os seguintes resultados: todos os 17 responderam que possuem graduação; 16 dos 17 possuem pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização. No tocante a especialização apareceu: Educação do Campo, Psicopedagogia, Pedagogia, Alfabetização e Letramento, Gestão Escolar, Ensino, Inclusão Escolar e Linguística. Apareceram com mais frequência: Educação do Campo (5 vezes), Psicopedagogia (3 vezes) e Alfabetização e Letramento (3 vezes). No que tange ao regime de trabalho, dos 15 professores que responderam ao questionário, todos disseram que são contratados temporariamente. Porém, quando questionados sobre o tempo em que trabalhavam na escola, o resultado foi o seguinte: 2 disseram que trabalham a menos de um ano; 7 responderam de 1 a 3 anos; 3 falaram de 4 a 7 anos e 3 disseram mais de 7 anos. Ao indagarmos a coordenadora sobre o número de professores contratados, ela respondeu que do quadro de 21 professores da escola, todos são contratados. Questionamos ainda sobre o rodizio de professores e a continuidade do trabalho. Segundo ela, o rodizio acontece, mas de um ano para o outro, ela informou que no decorrer do ano não havia mudança de professores. Ainda com relação ao trabalho, dos 15 professores que responderam ao questionário, esses estão distribuídos da seguinte maneira: 7 deles trabalham somente com ensino fundamental (1º ao 5º), 1 trabalha somente com ensino



fundamental (6º ao 9º), 2 trabalham somente com ensino médio, 2 trabalham somente com ensino infantil, 2 trabalham com ensino fundamental I e II e ensino médio e 1 trabalha com ensino fundamental II e ensino médio. Quando perguntados sobre terem participado de cursos de formação nos últimos dois anos, obtivemos o seguinte resultado: 87% disseram que sim e 13% não, ou seja, 13 dos 15 professores participaram e 2 não. Ao serem questionados sobre como avaliariam esses cursos responderam. Vide tabela 3.

Tabela 3 – avaliação dos cursos de formação

Como classificaram os cursos	Frequência
Interessante	1
Ótimos	3
Importante para ampliar o conhecimento	2
Não condiz com a realidade	1
Agregam conhecimento	2
Bons	1
Satisfatório, porém poderiam ser com mais frequência	1
Não respondeu	3

Fonte: trabalho de campo, 2018. Org.: pelo autor

Por conseguinte, como aponta Souza et. al. (2016, p. 88) parafraseando Arroyo (2012) “a formação dos professores das escolas do campo não pode ser genérica, centrada em um único formato”. Isto é, elas devem perpassar pelas matrizes pedagógicas trabalho, terra, cultura [...] movimentos sociais (ARROYO, 2010). Na tabela 4 observamos o que mais contribuiu ou contribui para o trabalho do docente na escola EMR São Joaquim.

Tabela 4 – fator relevante para o trabalho docente

Fatores	Frequência
Formação acadêmica	1
Experiência em sala de aula	3
Cursos de formação	1
Respaldo da gestão escolar	1
Necessidade, facilidade de emprego	1
Internet	2
Amor pela profissão	2
Não respondeu	4

Fonte: trabalho de campo, 2018. Org.: pelo autor

Ao serem indagados sobre o material de leitura que tinham acesso na escola obtivemos o seguinte resultado: 11 responderam que tinham acesso a livros (literatura, didático e outros), 1 disse que tem acesso a periódicos de filosofia e história, 1 disse que não há e 2 não responderam. Com relação ao material utilizado para elaboração do plano de aula obtivemos tais respostas: 11 utilizam apostila e livros; 5 utilizam a internet; 3 não responderam e 1 disse que utiliza livros clássicos e novos. Sobre terem ou não participado da escolha dos livros didáticos, 46% disseram



que sim, 40% responderam que não e 14% não respondeu, isto é, 7, 6 e 2, respectivamente. Ressaltamos que “a escolha do livro didático é uma situação limite a ser enfrentada no contexto escolar, especialmente nas gestões municipais, estaduais [...]” (SEGANFREDO et. al., 2016, p.219). Quando perguntados sobre como avaliariam os livros didáticos existentes na escola: 9 disseram ser satisfatório, 3 responderam ser mais ou menos satisfatório e 3 falaram que não se aplica. No tocante ao livro didático ser adequado a realidade do campo, 33% dos professores disseram que sim, 60% não e 1% não respondeu. Ao justificarem suas respostas. Ver tabela 5.

Tabela 5 – adequação do livro didático a realidade do campo

Fatores apresentados como justificativa	Frequência
Trabalha o conteúdo do livro com a realidade do campo	1
Está voltado para realidade da cidade	2
O conteúdo do livro não condiz com a realidade do campo	3
Está de acordo com a realidade	1
Não respondeu	7
Às vezes	1

Fonte: trabalho de campo, 2018. Org.: pelo autor

É preciso destacar que “para a concepção emancipatória de educação, o professor é sujeito da prática pedagógica e necessita ter condições e disposição para os estudos extraescolares” (SEGANFREDO et. al., 2016, p.214). Pois, “os livros didáticos apresentam uma ideologia marcada pela hegemonia que aliena o ser humano [...]” nesse sentido, “cabe no dialogo coletivo reverter essa visão pensada nas relações urbanocêntricas e distantes da concepção da Educação do Campo” (SEGRANFREDO et. al., 2016, p.219). Questionamos também, como os docentes da escola EMR São Joaquim abordavam temas relacionados à realidade do campo, tendo em vista que a escola fica dentro do assentamento. 12 dos 15 professores responderam que trabalham com temas ligados a realidade do campo, 3 não responderam. Quando pedimos para justificarem suas respostas obtivemos o seguinte resultado. Ver tabela 6.

Tabela 6 – abordagem de temas relacionados à realidade do campo

Tipo de abordagem utilizado	Frequência
Vivência do aluno	2
Pesquisa	1
Não respondeu	7
Através da prática	1
Adaptando o conteúdo a realidade do aluno	2
Atividades e cultura camponesa	2

Fonte: trabalho de campo, 2018. Org.: pelo autor

Enfatizamos que assim com a realidade urbana, a realidade do campo é permeada por complexidades e contradições. Lembramos o que nos diz Arroyo (2006, p.104 apud SOUZA et. al. 2016, p48), “a escola do campo não traz apenas as marcas das



desigualdades de renda, das distancias [...]; traz as marcas fundamentalmente dos sujeitos marcados pelas diferenças convertidas em desigualdades”. Perguntamos ainda, se a identidade camponesa era um tema trabalhado pelos professores. Notamos que 74% dos docentes responderam que não; 14% responderam que sim; 6% não responderam e 6% disseram que às vezes. Esta é uma das questões que mais nos preocupa, pois este deveria ser um dos temas centrais a serem trabalhados nas escolas do campo, tendo como objetivo central a valorização dos saberes dos sujeitos do campo, o resgate da autoestima e o estímulo a permanência no campo. Para finalizar perguntamos aos docentes se encontravam alguma (s) dificuldade no local de trabalho. Obtivemos o seguinte resultado: 74% disseram que sim, que encontram dificuldades. 26% responderam que não. Ao serem questionados sobre quais são as dificuldades as respostas foram variadas. Vide tabela 7.

Tabela 7 – dificuldades no ambiente de trabalho

Tipo de dificuldade	Frequência
Ausência de biblioteca	1
Material pedagógico – livros	3
Acesso à internet	5
Recursos tecnológicos	1
Valorizar a cultura do campo	1
Transporte	1
Gestão administrativa	1

Fonte: trabalho de campo, 2018. Org.: pelo autor

Conclusões

De acordo com Almeida (2015), a educação do campo tem papel de centralidade, uma vez que considera o devir histórico, ou seja, o futuro construído no hoje em que o camponês deixa de ser o objeto das políticas públicas para ser o sujeito. Portanto, concluímos que a Educação do Campo ainda precisa avançar na EMR São Joaquim, e que se faz necessário rever o material didático utilizado pela escola e os projetos conflitantes como: a utilização do apostilado do sistema Maxi de ensino, projetos desenvolvidos pelas empresas do agronegócio Fibria e Eldorado Brasil, bem como rever o Projeto Político-Pedagógico adequando-o às necessidades dos alunos do campo. Contudo, apesar dos esforços por parte do corpo docente e da gestão escolar, há muita dificuldade na implementação, de fato, de uma Educação do Campo devido à falta de recursos, tanto de infraestrutura quanto de material didático e financeiro. Soma-se a isso a falta de formação e de cursos de capacitação dos docentes e dos gestores.

Agradecimentos (opcional)



Agradecemos a CAPES pelo fomento à pesquisa e a concessão de bolsas, o que tem permitido a realização dessa pesquisa. Agradecemos também aos professores, coordenadores, direção e demais funcionários da escola do campo EMR São Joaquim pela colaboração e acolhimento.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire A. Educação do campo e agroecologia: as bases teórico-metodológicas de intervenção na realidade. in: ALMEIDA, Rosemeire A. (org) **A práxis agroambiental no chão do assentamento**. Campo Grande: editora UFMS, 2015. p. 47-68.

ANDRADE, V. B. Educação, política e superação do capital. in: MENEZES, Jean P.P de (org.). **História e Educação na Sociedade de Classes**. São José do Rio Preto: clube de autores, 2012. P.27-50.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v.3, n.1, p.60-81, jan/jun. 2003.

NARDOQUE, S. O campo e a cidade no ensino de Geografia e a realidade na escola rural São Joaquim, Selvíria-MS. In: ALMEIDA, R. A. (org.). **A práxis agroambiental no chão do assentamento**. Campo Grande: UFMS, 2015. P.159-182.

SEGANFREDO, K. A. et. al. Prática pedagógica nas escolas localizadas no campo na região metropolitana de Curitiba. In: SOUZA, M. A. (org) **Escolas públicas no/do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica**. Curitiba: Editora UTP, 2016. P. 181-240.

SOUZA, M. A et. al. Escolas públicas rurais: realidade e índice de desenvolvimento da educação básica. In: SOUZA, M. A. (org) **Escolas públicas no/do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica**. Curitiba: Editora UTP, 2016. P. 35-52.

SOUZA, M. A et. al. Formação de professores das escolas localizadas no campo em municípios da região metropolitana de Curitiba. In: SOUZA, M. A. (org) **Escolas públicas no/do campo: letramento, formação de professores e prática pedagógica**. Curitiba: Editora UTP, 2016. P. 75-112.